

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 As políticas de habitação no Brasil e nos demais países
da América Latina têm priorizado historicamente a concessão
da propriedade dos imóveis às famílias de baixa renda.
4 Entretanto, considerando-se que o mercado de imóveis
regulares atende cerca de 30% da população brasileira, que o
deficit habitacional no Brasil é estimado em 5,5 milhões de
7 unidades e que a taxa de imóveis desocupados chega a 11%
nas regiões centrais das grandes cidades, o aluguel
subsidiado, geralmente utilizado em situações emergenciais
ou transitórias, poderia ser um instrumento complementar
10 para prover moradias dignas a essas famílias.

O estudo **Procura-se casa para alugar: opções de
13 política para a América Latina e o Caribe**, do Banco
Interamericano de Desenvolvimento (BID), analisou o contexto
de dezenove áreas metropolitanas da região, entre elas, as
16 cidades de Curitiba, Salvador e São Paulo, para identificar as
potencialidades do aluguel social como instrumento para
diminuir o *deficit* de moradias nessas metrópoles.

19 Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil
unidades, e destas, 591 mil famílias possuem renda inferior a
três salários mínimos, público-alvo de boa parte dos esforços
22 em termos de políticas habitacionais no Brasil. Ainda, 9,1%
das famílias com demanda de moradia no Brasil não contam
com nenhuma fonte de renda. Essa porcentagem chega a
25 10,8% em Curitiba, a 12,2% em Salvador e cai para 8,7% em
São Paulo, o que corresponde a 44 mil famílias.

O ônus excessivo com aluguel representa 32% do
28 *deficit* brasileiro, mas pode chegar a 44% do *deficit* quando
consideradas apenas as regiões metropolitanas. Na região
metropolitana de São Paulo, esse *deficit* totaliza 256 mil
31 unidades. Essas famílias, com alto gasto relativo mensal de
aluguel, são público potencial para programas de locação
social.

34 Algumas dessas políticas podem ser relativamente
simples, como diminuir o tempo de reintegração de posse da
moradia no caso de despejo ou criar um sistema de garantias
37 para o aluguel. Isso possibilitaria a expansão da oferta de
moradias para locação, criando incentivos para que pelo
menos uma parte do número considerável de unidades
40 vazias se some ao mercado e contribua para aliviar o *deficit*
habitacional.

O estudo recomenda que a política habitacional não
43 deve se limitar à produção de unidades para a venda, mas
também deve oferecer alternativas a segmentos da
população que não podem ou não querem ser proprietários
46 de imóveis.

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o aluguel social é apresentado como alternativa para substituir a política habitacional no Brasil, marcada pela concessão da propriedade dos imóveis a famílias de baixa renda.
- 2 Na linha 3, o emprego do acento indicativo de crase em “às famílias de baixa renda” justifica-se pela regência do termo “propriedade” e pela presença do artigo definido feminino que precede o substantivo “famílias”.
- 3 O emprego de vírgula após os termos “subsidiado” (linha 9) e “transitórias” (linha 10) justifica-se por isolar segmento de sentido explicativo.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “contam” (linha 23) estivesse flexionada na terceira pessoa do singular – **conta** –, visto que o núcleo do sujeito da oração é representado por uma porcentagem.

Julgue os próximos itens, relativos à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

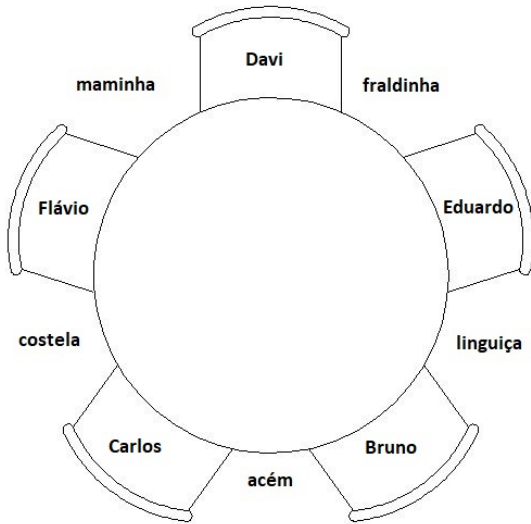
- 5 “Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil unidades” (linhas 19 e 20): **Essas cidades somam, juntas, um deficit de 691 mil unidades**
- 6 “quando consideradas apenas as regiões metropolitanas” (linhas 28 e 29): **se forem consideradas apenas as regiões metropolitanas**
- 7 “aluguel. Isso possibilitaria” (linha 37): **aluguel, o que possibilitaria**

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens subsequentes.

- 8 “têm priorizado” (linha 2) por **veem priorizando**
- 9 “que” (linha 5), em “que o *deficit* habitacional no Brasil” (linhas 5 e 6), por **onde**
- 10 “não deve se limitar” (linhas 42 e 43) por **não deve limitar-se**

Julgue os seguintes itens, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 11 Informamos que a solicitação de prorrogação de prazo para início ou conclusão de obras do Programa Habita Brasília deverá ser feita diretamente à Secretaria de Monitoramento de Obras.
- 12 Solicito informações a cerca dos documentos exigidos para inscrição no Programa Morar Bem por que não foi possível, acessar o endereço eletrônico informado na página da CODHAB.



Bruno, Carlos, Davi, Eduardo e Flávio são amigos e jantam em uma churrascaria. Na mesa circular em que se encontram, há 5 cadeiras idênticas, equidistantes duas a duas, e 5 espaços entre cada par de cadeiras para os garçons servirem carnes: acém; costela; fraldinha; linguça; e maminha. A figura acima ilustra uma possível configuração da mesa, com os 5 amigos e as 5 carnes do rodízio. Sabe-se que as carnes preferidas de Bruno são costela e acém e Davi prefere fraldinha.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 13** Se Bruno tem suas carnes preferidas a seu lado e Davi também tem sua carne favorita em um de seus lados, então Bruno e Davi não podem estar em cadeiras adjacentes.
- 14** Se a posição das carnes na mesa for aleatória, a probabilidade de Bruno estar entre suas carnes preferidas é maior que 8%.
- 15** O número possível de configurações da mesa, contando que os 5 amigos estejam sentados e as 5 carnes estejam entre cada par de cadeiras, é maior que 3.000.

P: Lucas foi aprovado em seu exame de cálculo.

Q: Lucas estuda muitas horas sobre cálculo.

R: Se alguém estuda muitas horas sobre cálculo, então é aprovado em seu exame de cálculo.

Considerando as sentenças apresentadas acima, julgue os itens que se seguem.

- 16** A sentença R significa que estudar muitas horas sobre cálculo é condição necessária para ser aprovado em seu exame de cálculo.
- 17** $R \rightarrow (Q \rightarrow P)$.

Em uma sala de aula com capacidade máxima para 100 pessoas, havia vários estudantes. Depois de uma atividade em grupo, os estudantes foram dispensados. O diretor da escola perguntou quantos alunos havia na sala. A professora respondeu: "Não sei quantos havia, mas sei que tentamos formar grupos com 4, 5 e 6 estudantes, mas sempre sobrava um. Quando formamos grupos com 7 estudantes, não sobrou ninguém."

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens seguintes.

- 18** Se a professora tentasse formar grupos de 3 estudantes, não sobraria ninguém.
- 19** Havia mais de 90 estudantes na sala.

RASCUNHO

De acordo com a Lei n.º 10.257/2001, julgue os próximos itens.

- 20 A edificação feita em descumprimento ao plano diretor poderá ensejar a cobrança do imposto predial territorial urbano de forma progressiva e indefinida no tempo, com majoração de alíquota até que haja conformação da construção.
- 21 A preempção consiste na preferência conferida ao Poder Público municipal para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares.
- 22 A cobrança de tributos sobre imóveis urbanos pode ser diferenciada e reduzida de modo a funcionar como mecanismo de estímulo à concretização de objetivos de interesse social.
- 23 A competência legislativa para a edição de normas gerais de direito urbanístico é comum, alcançando União, estados, Distrito Federal e municípios.

Acerca da Lei n.º 5.197/1967, julgue os itens subsequentes.

- 24 Mediante licença, é legalmente permitida a destruição de animais silvestres considerados como nocivos à agricultura.
- 25 O Poder Público incentivará a formação de clubes de caça amadora, sendo proibida a caça profissional.
- 26 Mediante licença, é legalmente permitida a exportação para o exterior de peles e couros, em bruto.
- 27 A temporada de caça de espécies permitidas pelo Estado durará enquanto não atingida a quota de exemplares liberada para destruição.

Políticas públicas voltadas para a interiorização do desenvolvimento nacional começaram a adquirir consistência na Era Vargas (1930-1945), quando foi anunciado o projeto “Marcha para o Oeste”. Na segunda metade dos anos 1950, com o governo de Juscelino Kubistchek, concretizou-se a transferência da capital para o Planalto Central, com a construção e inauguração de Brasília. Em certa medida, esse propósito de interiorização foi retomado por governos militares pós-1964.

Tendo essas informações como referência inicial e considerando, em particular, o papel conferido à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens de 28 a 33.

- 28 A decisão de criar a RIDE foi tomada pelo governo do general João Figueiredo, o último do regime militar instaurado em 1964.
- 29 A construção de Brasília inscreve-se na estratégia, adotada pelo governo federal, voltada para a interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas em áreas historicamente afastadas do litoral, como o Centro-Oeste.

- 30 Com a consolidação de Brasília e o consequente adensamento de sua população, o impacto da nova capital ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal, exercendo influência direta sobre vários municípios goianos.
- 31 A RIDE foi criada para agir no aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília, razão pela qual, na origem, incorporou municípios goianos, mas excluiu os situados em Minas Gerais.
- 32 Por determinação legal, são considerados como de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos municípios que dela fazem parte, com destaque para aqueles vinculados às áreas de infraestrutura e de geração de postos de trabalho.
- 33 Lei de 2018, que alterou objetivos e composição da RIDE, retira a participação da União no financiamento de projetos de infraestrutura para a região, limitando legalmente sua atuação à supervisão das ações já em andamento.

Julgue os itens seguintes quanto ao programa Microsoft Word 2013, ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 34 O Word 2013 possui recursos que visam controlar os tipos de alterações que podem ser feitas no documento. É possível restringir que outros usuários possam alterar a formatação de um documento e permitir que os demais procedimentos sejam realizados, como, por exemplo, edição.
- 35 A partir de um documento do Word 2013, é possível traduzir um texto selecionado para outro idioma.
- 36 Ao aumentar o Zoom de uma página, utilizando o programa de navegação Google Chrome, e, posteriormente, abrir uma nova guia neste navegador, o Zoom da nova página será sempre igual ao da página anterior, ou seja, apresentará o Zoom aumentado.
- 37 No Chrome, é permitido editar um arquivo PDF aberto por esse navegador, pois ele já vem com o *plug-in* padrão que desbloqueia esse formato de arquivo, caso esteja protegido.
- 38 É perfeitamente possível configurar o Google Chrome para que ele possa reabrir as mesmas páginas que o usuário estava visualizando quando saiu.
- 39 O vírus de *boot* é um vírus que age diretamente na inicialização do sistema de computadores conectados à rede. Contudo, ele não é espalhado por meio de dispositivos, como, por exemplo, *pen drives*.
- 40 *Botnets* são computadores infectados por arquivos considerados como maliciosos que podem ser controlados por criminosos, remotamente.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Conforme a Lei n.º 6.766/1979, julgue os itens a seguir a respeito de parcelamento do solo urbano.

- 41** O parcelamento do solo urbano somente poderá ser feito mediante loteamento.
- 42** Nas desapropriações, não serão considerados como loteados ou loteáveis para fins de indenização os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.
- 43** Constitui crime registrar loteamento não aprovado pelos órgãos competentes, contudo é lícito efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado.
- 44** Ocultar ou falsear as informações sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos nos prospectos e nas comunicações veiculadas ao público é permitido como estratégia de mercado e, por isso, não gera qualquer responsabilização criminal.

De acordo com a Lei n.º 6.138/2018, que institui o Código de Obras e Edificações de Brasília (COE), julgue os itens de **45** a **50**.

- 45** As obras e as edificações devem propiciar o bem-estar da coletividade e do indivíduo. Assim, a fim de garantir a sustentabilidade do meio ambiente natural, o COE tem como princípio o fomento de práticas sustentáveis na construção civil.
- 46** Estabelecer condições para o permanente monitoramento dos processos de licenciamento e fiscalização não consiste em diretriz do COE, que, em verdade, visa assegurar a constante melhoria dos espaços urbanos e rurais, públicos e privados, por meio de construções que propiciem o desenvolvimento humano digno, sustentável e próspero.

- 47** O licenciamento de obras, instrumento de controle urbano, deve observar a legislação de uso e ocupação do solo, recursos hídricos, saneamento básico, segurança, salubridade, conforto, higiene e acessibilidade.
- 48** Toda intervenção ou modificação em bem tombado, protegido por instrumento de tombamento específico, está sujeita às normas estabelecidas pelo Conselho Distrital de Planejamentos, Tombamentos e Licenciamentos em Edificações.
- 49** A licença específica para obras de urbanização ou de edificações em área pública objetiva a conformidade do espaço urbano com o planejamento e não implica responsabilidade do órgão de licenciamento pelos danos causados em razão da execução da obra.
- 50** A carta de habite-se é expedida para obras autorizadas por meio do alvará de construção e sua emissão é condicionada ao cumprimento de requisitos como a conformidade da obra executada com os parâmetros urbanísticos e de acessibilidade das áreas comuns, de acordo com projeto habilitado, e a entrega de projeto arquitetônico, de fundações, de estruturas e complementares, como construídos.

Com base na Lei n.º 13.303/2016, julgue os itens de **51** a **54** com relação ao estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- 51** A empresa pública e a sociedade de economia mista terão a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expresso no instrumento de autorização legal para a sua criação.
- 52** A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atuam, o que implicará, de forma indiscutível, o desenvolvimento de produtos com tecnologia brasileira que dependem de expressa autorização legal para serem comercializados.

- 53** As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.
- 54** Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, serão precedidos de licitação nos termos da lei e não permitirão ressalvas, mesmo quando evidente a inviabilidade de competição, em obediência aos princípios da Administração Pública.

À luz da Lei n.º 13.465/2017, julgue os itens de **55** a **58** acerca de regularização fundiária rural e urbana.

- 55** Entende-se por exploração indireta a atividade econômica exercida em imóvel rural e gerenciada diretamente pelo ocupante, com o auxílio de seus familiares ou de terceiros, ainda que sejam assalariados, ou por meio de pessoa jurídica de cujo capital social ele seja titular majoritário ou integral.
- 56** Cultura efetiva é a exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira, de turismo ou de outra atividade similar que não envolva a exploração do solo.

- 57** O descumprimento das condições resolutivas pelo titular implica resolução de pleno direito do título de domínio ou do termo de concessão, declarada no processo administrativo que apurar o descumprimento das cláusulas resolutivas, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
- 58** A demarcação urbanística consiste no procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação da viabilidade da regularização fundiária na matrícula desses imóveis, a ser promovida a critério do município.

Segundo o regulamento interno de licitações, contratos e convênios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), julgue os itens subsequentes.

- 59** Em licitações, contratos, convênios e outros atos, buscar-se-á a maior efetividade na promoção da regularização urbanística e ambiental de áreas declaradas como integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal.
- 60** Em licitações, contratos, convênios e outros atos, busca-se o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites para contratação direta em razão do valor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na lei e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens subsequentes acerca de processo administrativo disciplinar.

- 61** A exemplo das demais potenciais nulidades, o excesso de prazo para a conclusão de processo administrativo disciplinar exige a demonstração de prejuízo à defesa para que ocorra a invalidação do procedimento.
- 62** O prazo prescricional da pretensão punitiva da Administração é contado a partir da prática do ato ensejador de punição.
- 63** Diferentemente da seara criminal, a instância administrativa nem sempre observa tipicidade rígida, podendo congrega deveres abertos que, violados, ensejarão punição.

Considerando a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes a respeito de improbidade administrativa.

- 64** O particular somente poderá ser demandado em ação de improbidade se em conjunto com agente público, não podendo integrar isoladamente o polo passivo.
- 65** A indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa depende de prévia oitiva do requerido, de modo a se resguardar seu contraditório e sua ampla defesa e a prevenir constrição sobre bens impenhoráveis.
- 66** A indisponibilidade patrimonial somente tem lugar quando se apurar possível ato de improbidade que haja lesado o erário.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999 e com a doutrina a seu respeito, julgue os itens a seguir.

- 67** O princípio da oficialidade, observado pelo processo administrativo, contrasta com a inércia judicial, permitindo ao administrador iniciar e impulsionar, de ofício, feitos.
- 68** O processo administrativo não se pauta em rigor formal, conservando sua regularidade quando, inexistindo prejuízo, os atos praticados atingirem sua finalidade.
- 69** Deve prevalecer, no processo administrativo, a verdade formal, assim considerada aquela que emanar dos elementos e das provas constantes dos autos.

No que se refere ao controle da administração pública pela própria Administração Pública, julgue os itens que se seguem.

- 70** A hierarquia orgânica no âmbito da administração representa uma importante forma de controle interno.
- 71** O controle social, corolário da cidadania, é mecanismo externo e democrático de influência da atividade administrativa, embora careça de mecanismos jurídicos capazes de conferir-lhe grande efetividade.
- 72** O direito de petição como mecanismo de controle da Administração contempla não apenas a defesa de direito individual, mas também a defesa de direito coletivo.

A respeito das entidades de terceiro setor, julgue os próximos itens.

- 73** As entidades do terceiro setor que porventura recebam benefícios dispensados pelo Poder Público podem ser sujeito passivo de ação de improbidade.
- 74** Quando celebram regimes de parceria, as entidades do terceiro setor passam a integrar a administração indireta.
- 75** As entidades do terceiro setor encerram iniciativas da sociedade civil para execução de objetivos sociais, ostentando regime jurídico de direito público sempre que celebrarem parceria com a Administração.

À luz da Lei n.º 10.520/2002, julgue os itens subsequentes.

- 76** No pregão, não são admitidas propostas desprovidas de garantia da viabilidade de seu cumprimento.
- 77** A aquisição do edital é condição para participação em pregão.
- 78** É admitida a cobrança para o fornecimento de edital aos interessados em participar de pregão.

Acerca da Constituição: conceito; elementos; objeto; classificações; e interpretação, julgue os itens de **79** a **84**.

- 79** O conceito de constituição, em seu sentido formal, abrange o conjunto de normas que instituem e fixam as competências dos principais órgãos do Estado, estabelecendo como serão dirigidos e por quem, além de disciplinar as interações e os controles recíprocos entre tais órgãos.

- 80** As constituições estatutárias não se bastam em dispor sobre o estatuto do poder, também traçando metas, programas de ação e objetivos para as atividades do Estado nos domínios social, cultural e econômico.
- 81** Para que possa atuar na solução de problemas concretos, a norma constitucional deve ter seu conteúdo semântico averiguado, em coordenação com o exame das singularidades da situação real que a norma pretende reger.
- 82** No que diz respeito à interpretação das normas constitucionais, o método da tópica toma a Constituição como um conjunto aberto de regras e princípios, dos quais o aplicador deverá escolher o que seja mais adequado para a promoção de uma solução justa ao caso concreto que analisa.
- 83** Uma das funções da Constituição é limitar o governo da maioria, mediante a enunciação dos valores e direitos fundamentais a serem preservados, inclusive os das minorias.
- 84** Em razão de sua relevância e natureza excepcional, às normas constitucionais não se aplicam os conceitos e elementos clássicos da interpretação em geral.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens de **85 a 90**.

- 85** O mandado de segurança é instrumento destinado a proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* quando o responsável por ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- 86** Nos casos de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não tendo o dever de indenizar o proprietário em caso de dano.
- 87** As garantias constitucionais tanto podem ser garantias da própria Constituição (acepção estrita) como podem ser garantias dos direitos subjetivos expressos ou outorgados na Carta Magna, consistindo, portanto, em remédios jurisdicionais eficazes para a salvaguarda desses direitos (acepção lata).
- 88** Os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado, direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

- 89** Os direitos políticos reduzem-se ao direito eleitoral de votar e ser votado, eis que esta é sua expressão mais estreita.
- 90** A aquisição da nacionalidade primária é sempre involuntária e decorre da ligação do fato natural do nascimento com um critério estabelecido pelo Estado.

Com relação à organização do Estado, julgue os itens seguintes.

- 91** No federalismo, a soberania é atributo do Estado Federal como um todo, ao passo que os Estados-membros dispõem de autonomia.
- 92** Os territórios federais são descentralizações administrativas da União e gozam de autonomia plena.
- 93** A União é uma entidade federal autônoma, em relação às unidades federadas, à qual cabe exercer as prerrogativas da soberania do Estado brasileiro, razão pela qual seu conceito absorve o de Estado Federal.
- 94** Os municípios serão regidos por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara municipal.
- 95** Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- 96** Na ordem constitucional vigente, o Distrito Federal não mais pode ser considerado como simples autarquia territorial, podendo ser concebido como uma unidade federada com autonomia parcialmente tutelada.

Considerando as normas referentes aos bens, aos negócios jurídicos e aos contratos, julgue os itens de **97 a 102**.

- 97** São considerados como bens as coisas materiais, concretas, úteis aos homens, de expressão econômica e suscetíveis de apropriação, bem como as de existência imaterial economicamente apreciáveis.
- 98** As energias que tenham valor econômico são consideradas como bens imóveis.
- 99** Os bens públicos dominicais, diversamente dos bens de uso comum do povo e dos de uso especial, não possuem destinação pública.

- 100** A oblação, que, em regra, não depende de forma especial, é manifestação de vontade que dá início à formação do contrato.
- 101** O erro, o dolo, a fraude contra credores, o estado de perigo e a lesão são defeitos do negócio jurídico que consistem em vícios de consentimento, uma vez que provocam manifestação de vontade não correspondente com o íntimo e verdadeiro querer do agente.
- 102** São nulos de pleno direito os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Acerca do direito das obrigações, de contratos e de responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

- 103** A cessão de crédito é modalidade de transmissão de obrigação que importa em alteração objetiva da relação obrigacional.
- 104** Por meio da novação, que é uma modalidade de extinção obrigacional com pagamento, constitui-se uma nova obrigação, em substituição a outra, que fica extinta.
- 105** A proposta deixa de ser obrigatória se, antes dela, ou simultaneamente a ela, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- 106** Embora a responsabilidade pela evicção possa ser reforçada ou diminuída pela vontade das partes, jamais poderá ela ser definitivamente excluída.
- 107** A responsabilidade civil do causador de dano ambiental é objetiva, sendo o Ministério Público legitimado para o ajuizamento da respectiva ação indenizatória.
- 108** A impossibilidade de adimplemento das obrigações pode ser subjetiva, quando ligada ao credor ou ao devedor, ou objetiva, se atingir a prestação em si mesma.

À luz da lei e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens de **109** a **111**.

- 109** Na hipótese de exercício de competência delegada, a legitimidade passiva para compor mandado de segurança na condição de autoridade coatora é do agente titular da competência delegada, não do delegatário.

- 110** A entidade de classe somente possui legitimidade para a impetração de mandado de segurança quando a pretensão veicular interessar a toda a categoria.
- 111** A impetração de mandado de segurança por entidade de classe dispensa a autorização dos associados.

No que se refere às normas processuais fundamentais no Código de Processo Civil, julgue os itens subsequentes.

- 112** A exigência da consulta prévia como corolário do contraditório substancial é relativizada em tutela provisória apenas na modalidade de urgência, eis que há risco justificador do diferimento da oitiva.
- 113** A cooperação para atingimento de decisão de mérito em prazo razoável vincula as partes, não alcançando o juiz, que deve se manter imparcial.
- 114** O princípio da eficiência submete o órgão jurisdicional ao menos a dois prismas: a administração judiciária, de caráter executivo; e a gestão dos processos individualmente considerados, de caráter jurisdicional.

Quanto aos atos processuais, julgue os próximos itens.

- 115** A instrumentalidade das formas dialoga com o princípio da primazia da decisão de mérito na medida em que resguarda a validade do ato processual sempre que inexistir prejuízo e restar atingida a sua finalidade, superando-se nulidades, ainda que absolutas, em prol do avanço do processo rumo à solução do conflito.
- 116** Homenageando a autonomia da vontade, o Código de Processo Civil passou a admitir uma cláusula geral de negócios processuais que permite às partes dispor sobre seus ônus e deveres e, ainda, sobre os poderes do juiz.
- 117** Os negócios jurídicos processuais não dependem de homologação judicial para produzir efeitos.

Com base nas disposições gerais aplicáveis aos recursos e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.

- 118** O recurso adesivo é espécie recursal por meio da qual a parte, inicialmente desinteressada em recorrer, uma vez confrontada com recurso da parte adversa, se vale da oportunidade de contrarrazões e do efeito obstativo do recurso principal para aviar seu apelo.
- 119** A desistência de recurso é ato unilateral que independe da anuência da parte contrária, inclusive quando essa houver interposto recurso adesivo, que ficará prejudicado em razão da desistência do recurso principal.
- 120** A desistência do recurso, mesmo daquele afetado como paradigma de repetitivos, pode ocorrer até antes do início de seu julgamento.